



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002039-16.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Contratos Bancários**  
 Exeqüente: **Banco Bradesco S/A**  
 Executado: **GRAFICA E EDITORA CARNICELI LTDA ME e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO BRADESCO S/A, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos À Execução em face de GRAFICA E EDITORA CARNICELI LTDA ME, VIVIAN CRISTINA CARNICELI, ALESSANDRO CARLOS CARNICELI, também qualificada, alegando ter emitido em favor do banco embargado, em 28 de março de 2012, *Cédula de Crédito Bancário* nº 351/5.599.420 na agência 2824-0, Conta Corrente 4252-8, no valor de R\$ 71.273,19 para ser pago em 12 parcelas de R\$ 6.814,28, das quais está em mora a partir da parcela vencida em 28 de setembro de 2012, o que ocasionou o vencimento da dívida, pretendendo a revisão desse contrato a partir das normas do Código de Defesa do Consumidor a fim de assegurar o equilíbrio contratual, dado que se trata de negócio firmado em contratos de adesão no qual a vontade do indivíduo é desprezada, destacando que não obstante o julgamento da ADIN nº 4-7/600, do STF, por isso afastada a auto aplicabilidade do parágrafo 3º, do artigo 192, da Constituição Federal, os juros bancários permanecem limitados aos do contrato, nunca, porém, superiores a 12% ao ano, acrescido de correção monetária haja vista a legislação infraconstitucional: artigo 1º, do Decreto-Lei nº 22.626/33 c/c o artigo 1.062 do Código Civil, que não foi revogado pela Lei 4.594/64, com vedação ao anatocismo, nos termos do artigo 4º, do Decreto 22.626/33, além do verbete da Súmula 121, do STF, corroborada por recente julgado do STJ, razão pela qual pretende acolhidos os embargos para extinção da execução.

O banco embargado respondeu sustentando que cumpra indeferida a inicial por descumprimento do Art. 285-B do Código de Processo Civil, já que cumpria à embargante depositar o valor incontroverso, reclamando seja intimada a embargante a cumprir a determinação legal, aduzindo não ter havido capitalização de juros mas que tal prática é expressamente autorizada a partir de 31.03.2000, diante do permissivo legal disposto no art. 5º da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30.03.2000, atual MP nº 2.170-36, destacando ainda que as disposições do Decreto 22.623/33 não se aplicam às taxas de juros e de outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integrem o Sistema Financeiro Nacional, ponderando a seguir sobre a inexistência de cobrança de comissão de permanência, conforme demonstrativo juntado à execução, e quanto a possibilidade de cobrança da comissão de permanência indica seja válida cláusula que prevê sua incidência até o ajuizamento da execução e


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

correção monetária a partir daí, de forma sucessiva, incorrendo a cumulação, concluindo pela improcedência da ação.

Os embargantes replicaram nos termos da inicial.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito ao banco/embargado, o disposto no art. 285-B do Código de Processo Civil constitui faculdade em favor do devedor, não condição da ação revisional, e uma vez recebida a inicial, não se poderá pretender determinado o depósito: *“Petição inicial - Ação declaratória de inexigibilidade de débito, cumulada com repetição de indébito - Petição recepcionada pelo juiz e citação do réu ordenada - Decisão ulterior, de ofício, que determina a emenda da petição inicial e adaptação ao art. 285-B do CPC, inclusive depósito do valor incontroverso, sob pena de indeferimento - Inadmissibilidade”* (cf. AI. nº 2067859-14.2014.8.26.0000 - 12ª Câmara de Direito Privado TJSP - 17/07/2014<sup>1</sup>).

Quanto à pretensão dos embargantes, de ver limitada a taxa de juros a 12% ao ano, cabe indicar que *“A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”*, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, *“tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade”* (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011<sup>2</sup>).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: *“a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”*.

Sobre a capitalização desses juros, cabe destacar que a leitura do título executivo demonstra que a dívida foi contratada para pagamento em doze (12) parcelas valor igual, R\$ 6.814,28 (vide quadro 15, fls. 12), o que equivale dizer, os juros foram *pré fixados* (vide quadro 04, fls. 11), o que equivale dizer, em tais circunstâncias é defeso se falar em anatocismo, porquanto segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, *“no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros”* (cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013<sup>3</sup>).

E assim é porque *“em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida”* (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012<sup>4</sup>).

Os embargos são, portanto, improcedentes, cumprindo aos embargantes arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado, fixação que se faz no máximo dado o caráter manifestamente protelatórios destes embargos.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos e em consequência CONDENO os embargantes ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios,

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>2</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>3</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>4</sup> www.esaj.tjsp.jus.br



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 29 de julho de 2014.

**VILSON PALARO JÚNIOR**  
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**